

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) E
ESTRUTURAÇÃO URBANA: UM ESTUDO SOBRE INVESTIMENTOS NA
DINÂMICA URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

**INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IBD) INVESTMENT AND URBAN
STRUCTURING: A STUDY OF THE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS URBAN DIMANICS**

**INVERSIONES DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID) EN LA
ESTRUTUCTURA URBANA DE LAS CIUDADES: UM ESTUDIO SOBRE LA
DINÂMICA URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

Douglas de Almeida Silva¹
Paula Vilhena Carnevale Vianna²
Maria Angélica Toniolo³
Valéria Regina Zanetti⁴

RESUMO

Este artigo explora os discursos e ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo municipal de São José dos Campos na implementação de dois programas de desenvolvimento urbano e habitacional financiados pelo BID: Programa Habitar Brasil BID (HBB), entre 1999 a 2009 e Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (PEUSJC), de 2008 até o presente. Observou-se que, contrariando a orientação social dessas instituições, tais programas foram pautados pela remoção de favelas do perímetro urbano da cidade e não pelo atendimento a comunidades em situação de vulnerabilidade socioespacial. Parcela significativa do financiamento internacional foi alocado em projetos de infraestrutura e modernização administrativa, operados por ações tanto coercitivas como consensuais, que fortaleceram uma certa visão hegemônica de cidade.

Palavras-chave: BID. Capitalismo dependente. Programa Habitar Brasil. Estruturação Urbana. Urbanização periférica.

1Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. São Paulo. Brasil. E-mail: douglas.almeida9000@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3013-7142>.

2Doutora em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo. Universidade Anhembi/Morumbi. São José dos Campos. São Paulo. Brasil. E-mail: paula.cvianna@anhembi.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2266-3812>.

3Doutora em Políticas Públicas pela Indiana University. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. São Paulo. Brasil. E-mail: tonioloma@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7835-3285>.

4Doutora em História Social pela PUC/SP. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. São Paulo. Brasil. E-mail: yzanetti@univap.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2968-9342>.

ABSTRACT

This paper investigates the discourse and actions carried out by the Inter-American Development Bank (IDB) and by the municipal government of São José dos Campos, SP, Brazil, relative to the implementation of two programs financed by the IDB: the *Habitar Brasil* BID Program (HBB), from 1999 to 2009, and the Urban Structuring Program of São José dos Campos (PEUSJC), from 2008 to date. As opposed to those institutions' social guidance, both programs intended to remove slums from the urban perimeters of the city rather than caring for communities living in socio-spatial vulnerable conditions. A significant amount of the financing was allocated to urban infrastructure and managerial modernization projects, operated by both coercive and consensual actions, reinforcing a certain hegemonic perspective of city.

Keywords: IDB. Dependent capitalism. Precarious insertion. Urban Structuring. Peripheral urbanization.

RESUMEN

Este artículo explora los discursos y acciones del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y del gobierno municipal de San José dos Campos en la implementación de dos programas de desarrollo urbano y de vivienda: el Programa de Vivienda de Brasil (HBB) del BID, entre 1999 y 2009 y el Programa de Estructuración Urbana de San José dos Campos (PEUSJC), entre 2008 y el presente. Se observó que, contrariamente a la orientación social de estas instituciones, tales programas se utilizaron más para eliminar los barrios marginales del perímetro urbano de la ciudad que para servir a las comunidades en situaciones de vulnerabilidad, al mismo tiempo, se destinó una gran parte de los recursos de financiación en proyectos de infraestructura y modernización administrativa, en una relación de hegemonía, equilibrada en acciones coercitivas y consensuadas.

Palavras chave: BID. Capitalismo dependiente. Inserción precaria. Estructura urbana. Urbanización periférica.

Como citar este artigo: SILVA, Douglas de Almeida *et al.* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estruturação urbana: um estudo sobre investimentos na dinâmica urbana de São José dos Campos – SP. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, p. 204-230, 14 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3077>

Artigo recebido em: 19/08/2020

Artigo aprovado em: 14/09/2021

Artigo publicado em: 14/09/2021

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo o programa habitacional do Governo Federal Habitar Brasil-BID (HBB) e o Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (PEUSJC), implementados no município de São José dos Campos-SP, entre os anos de 1999 a 2009 e 2008 até o presente, e financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A pesquisa investigou as relações entre o BID e o município com o objetivo de explorar como se dão as relações entre os bancos multilaterais e os governos municipais na implementação de programas de desenvolvimento urbano e habitacional financiados por esses bancos. Este artigo busca desvelar as narrativas no uso de recursos disponibilizados pelo BID vinculados a programas de desenvolvimento urbano e habitacional para o município de São José dos Campos de 1999 à atualidade.

O BID, banco regional para a América Latina vinculado ao Banco Mundial, fundado no ano de 1959, foi criado com base nas teorias do desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e nas políticas Keynesianas do governo Roosevelt (MAKINO, 2015). A Cepal, - uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile, escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais dos países latino-americanos e caribenhos, fundada em 1948 - contribuiu com o desenvolvimento econômico da América Latina, ao promover e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. A Comissão regional “analisa a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas da condição colonial condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos que são diferentes do comportamento das nações mais desenvolvidas” (CEPAL, 2020). Já o BID, corporação supranacional de caráter financeiro, com sede na cidade de Washington (EUA), foi criado em 1959 com o objetivo de financiar a realização de ações públicas e privadas nas áreas sociais e de infraestrutura pública.

Pedro Arantes (2004) classificou as políticas do Banco Mundial e do BID para a América Latina no que se refere à questão urbana em quatro categorias historicamente situadas:

1. Provisão habitacional (1960-1971): política de remoção de favelas e construção de unidades habitacionais baseadas em métodos rústicos de autoconstrução.

2. Estímulo à urbanização (1972-1982), pautada em padrões diferenciados de urbanização, inferiores aos padrões do urbanismo moderno implementado na reconstrução das cidades europeias no pós-guerra.

3. Ajuste estrutural das cidades (1983 – até o presente); no contexto do fim da Guerra Fria, as orientações dos Bancos para a América Latina visavam o fortalecimento municipal e o federalismo competitivo, priorizando o pagamento das dívidas.

4. Ajuste urbano (1995 – até o presente): no contexto do capitalismo informacional, são propostos modelos de cidade (“cidades-empresa”), novas políticas de combate à pobreza e regras de governança urbana.

Para Santana (2006), o Banco Mundial e o BID atuam como uma espécie de inteligência auxiliar dos Estados do Terceiro Mundo, promovendo a “transferência de conhecimentos técnicos aos países mutuários, particularmente os menos desenvolvidos” (SANTANA, 2006, p.

66). Para a autora, essa atuação indica um forte interesse das instituições multilaterais em indicar a direção econômica, política e social a ser seguida pelos países subdesenvolvidos.

2 A REINVENÇÃO MODERNA DO ATRASO E AS CONSEQUENCIAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL

Como apontou Acselrad (2001), a carteira de investimentos do Banco Mundial apresenta preocupações para com a urbanização desenfreada que coloque em risco a sustentabilidade das cidades. A noção de sustentabilidade urbana, segundo Acselrad (1999) tem sido apropriada por grupos econômicos que a associam à matriz discursiva da cidade-empresa, voltada para atratividade de investimentos na economia global. Assim, conduzir as cidades para a condição de sustentabilidade urbana passou a ser sinônimo de produtividade e competitividade no uso dos recursos ambientais.

Neste quesito, as instituições políticas procuram conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à celebração do consenso por meio do mercado. Tal abordagem é compatível com o pensamento único neoliberal, que coloca as cidades na obrigação de ajustarem-se aos propósitos da globalização econômica. Diante da pressão da inserção competitiva, as cidades transformam-se em espaços de competição, cuja afirmação dos atributos ambientais faz a diferença na atração de investimentos internacionais (ACSELRAD, 2001; COMPANS, 2001).

Na contemporaneidade, segundo Otilia Arantes (2001), somente as cidades que assumiram o protagonismo diante dos desafios impostos pela Idade da Informação e, potencialmente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas satisfatórias e competitivas na economia globalizada, seriam definitivamente reconhecidas no âmbito da geração pós-modernista. O discurso dos planejadores, urbanistas e governantes tem se referido cada vez menos aos termos racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor, sendo cada vez mais substituídos por requalificação urbana. O planejamento urbano foi reduzido a políticas de “*image-making*” e “*business-oriented*” (ARANTES, 2001, p. 14, 15).

Desde a segunda metade da década de 1990, aponta Vainer (2001), a noção de planejamento estratégico vem sendo difundida no Brasil e na América Latina pela ação conjunta das agências multilaterais e consultores internacionais, cuja experiência de Barcelona durante as Olimpíadas de 1992 remetia à adoção dos conceitos e metodologias do planejamento estratégico empresarial, outrora desenvolvidas pela *Harvard Business School*. A imposição de um projeto de cidade pelo planejamento estratégico implica na apropriação da cidade por segmentos empresariais globalizados e tem como condição a eliminação do debate político e do exercício da cidadania.

Todavia, compreender o estágio de incorporação do discurso de planejamento estratégico na contemporaneidade requer o esforço de revisitar autores que analisaram as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina, mais especificamente, do Capitalismo Dependente. Florestan Fernandes (2006) compreendeu os diferentes ciclos de transformação e modernização da sociedade brasileira, sempre embasados num processo de reprodução das condições de acumulação arcaicas, ou seja, das formas de

exploração que remetem ao período colonial, basicamente agrário-exportador, e ao mesmo tempo, mescladas às condições modernas de acumulação de capital.

Por falta de confiança em sua dominação econômica, as burguesias brasileiras deram início ao processo de industrialização e urbanização em larga escala, mas nunca deixando de priorizar as fontes de acumulação pré-capitalistas baseadas na exportação de *commodities* (FERNANDES, 2006). Para Chico de Oliveira (2003) o capitalismo no Brasil permite a manutenção do estágio de subdesenvolvimento, uma vez que se fundamenta na reinvenção das formas anteriores de desenvolvimento. O subdesenvolvimento não é produto do atraso, mas fruto de um processo que reproduz as contradições, incluindo as formas de exploração e dominação das classes populares.

Nas microescalas, as contradições se reproduzem a partir do mesmo *modus operandi* e observa-se uma concentração de investimentos para a urbanização das áreas mais atrativas para o capital. A política de investimentos no país, calçado em um modelo de exploração que reproduz as formas anteriores de desenvolvimento, amplia as desigualdades, sendo os bairros periféricos e as favelas exemplos dessa dinâmica, que calcifica as relações de dominação hegemônica (OLIVEIRA, 2003). Ora, o processo de urbanização do Brasil, marcado por seu ritmo acelerado, conteve, essencialmente, uma lógica de inclusão precária, tornando possível a apropriação do território e a concentração de renda pelos agentes econômicos, ao mesmo tempo, constituiu a periferação das regiões metropolitanas e cidades médias (RESCHILIAN, 2010).

A história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é movida por um processo de preservação e renovação da hegemonia das classes dominantes (FERNANDES, 2006). Na perspectiva gramsciana, a hegemonia se constitui como uma ação política e cultural de determinada classe social cujo objetivo visa articular os grupos aliados e, muitas vezes, os grupos decididamente inimigos, em torno da ideologia do grupo dominante (GRAMSCI, 1991). A princípio, a conquista da hegemonia implica numa ação consensual (Gramsci, 1991), na qual se podem associar as relações tecidas no campo de forças. Os campos podem ser compreendidos como espaços sociais onde agentes e grupos em posições semelhantes estabelecem relações objetivas, definindo um sistema de relações entre posições diferentes, com particularidades em cada posição (BOURDIEU, 2007).

Neste artigo, o conceito de campo envolve os grupos em negociação, protagonizados pelo governo municipal e pelo BID. O modelo de desenvolvimento que delineou a organização territorial de São José dos Campos, cujo desenvolvimento industrial se manteve assentado na consolidação da urbanização periférica, reproduziu as contradições das condições de dependência. Nesse tecido social marcado por desigualdades estruturais e sistêmicas, o BID tem atuado na transmissão de conhecimentos técnicos fundados no planejamento estratégico, uma simbiose de interesses que tornou São José dos Campos uma espécie de laboratório do modelo neoliberal de cidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia se baseia na pesquisa exploratória, histórica e sociológica, focada em estudo de caso, e realizada por procedimentos qualitativos em combinação de métodos: análise documental e entrevistas. A análise documental se pautou nos discursos do banco multilateral e do governo municipal por meio de documentos legais, ou seja, contratos, relatórios, leis, disponíveis para consulta na internet. As entrevistas foram realizadas com quatro participantes: três funcionários da prefeitura municipal de São José dos Campos e um consultor particular do BID, por meio de entrevista semiestruturada. A pesquisa passou pelo Comitê de Ética e recebeu o Certificado de Apreciação e Autorização de Pesquisa registrado sob o número 39929914.0.0000.5503.

Para preservar a identidade dos participantes valeu-se da utilização de código (PP1, PP2, PP3, PP4). As letras PP equivalem a Participante da Pesquisa, seguido do número de ordem da concessão da entrevista. Nesse sentido, PP1 é Assistente Social do município, PP2 foi coordenador na Unidade de Gestão de Programa (UGP), PP3 é consultor particular contatado pelo escritório do BID, PP4 foi coordenador da mesma Unidade em gestão diferente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão estruturados em quatro sessões. A primeira apresenta o processo de urbanização do município, sua transição como polo tecnológico e o processo de inclusão da população mais pobre; a segunda seção apresenta os resultados da análise dos documentos e das narrativas dos atores selecionados que atuaram nos programas HBB, seguida da análise dos documentos e narrativas com atores que participaram da execução do PEUSJC. Por fim, na última sessão, são apresentadas as considerações finais.

4.1 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, ENTRE A CONSTRUÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE UM POLO TECNOLÓGICO E A REINVENÇÃO MODERNA DE UMA URBANIZAÇÃO PRECÁRIA

O processo de urbanização do município de São José dos Campos combinou concentração de indústrias e de estabelecimentos de ciência e tecnologia, desenho que se provou primordial para uma privilegiada aquisição de crédito internacional. Em paralelo ao desenvolvimento científico e tecnológico, a expansão dos assentamentos precários das áreas periféricas inseria as contradições do processo de reprodução do capital, em um quadro marcado pela reinvenção moderna do atraso.

Cidade com pouca expressão no cenário nacional, São José dos Campos começou a se desenvolver na década de 1950. No contexto das políticas desenvolvimentistas nacionais que

visavam capacitar o Brasil para o avanço da Ciência e Tecnologia (C&T), São José dos Campos foi selecionada pelo Ministério da Aeronáutica para a implementação do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA). Houve convergência de interesses dos militares e dos políticos locais pela instalação do CTA em 1951. Como parte do processo de desconcentração industrial do município de São Paulo, as cidades interioranas próximas aos eixos ferroviários e rodovias foram se transformando em núcleos industriais e o município foi favorecido por sua localização geográfica, cortada ao meio pela Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1950 (SOUZA; COSTA, 2010).

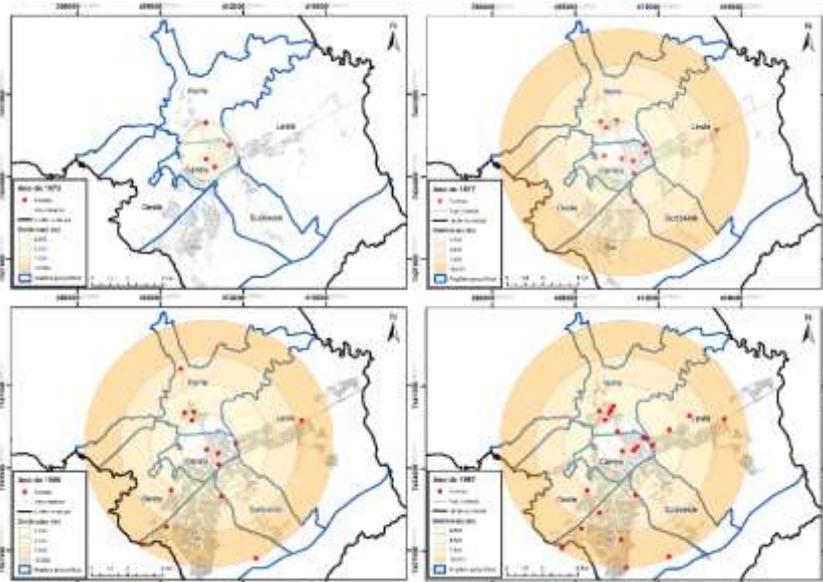
Entre 1960 e 1980, a atividade econômica de São José dos Campos se desenvolveu e internacionalizou com a implantação de diversas multinacionais e indústrias estatais, como General Motors e Embraer, acrescidas de atividades estratégicas de ensino e pesquisa desde a década de 1950 (PAULA; PAPALI, 2010). A localização espacial e a atividade econômica e de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, contribuíram para a formação do polo tecnológico de São José dos Campos (SOUZA; COSTA, 2010).

Para Reschilian (2010), esse modelo de organização espacial, iniciado em 1970, permitiu que certas áreas fossem destinadas ao capital imobiliário, que delineou o desenho urbano, conformando áreas de inclusão e exclusão social. Segundo Marilne Fernandes (2010), as camadas de renda alta e média foram gradativamente abandonando a área central para se expandir em direção à região sudoeste, crescentemente estruturada com um conjunto de serviços privados e equipada com infraestrutura moderna (COSTA; MARIA, 2010). As camadas de renda mais baixa e trabalhadores não qualificados, inicialmente se situaram na região sul da cidade, seguida da zona leste (RESCHILIAN, 2010). No ano de 1975, o PIB do município era de R\$ 2.907.373,18 bilhões e aumentou progressivamente nos anos seguintes, atingindo o valor de R\$10.761.047,68 no ano de 2010 (ANDRADE, 2019, p. 113).

Em São José dos Campos, terra e renda se concentraram, em processo economicamente sustentado pela população mais pobre, inserida em subempregos, com poder aquisitivo menor em relação à média do município (RESCHILIAN, 2010). Como consequência, os núcleos de favela aumentaram. A partir de 1977, o poder público adotou uma política de desfavelamento, pautada em métodos coercitivos, sem planejamento participativo. Em 1992, um contingente populacional de oito mil moradores se distribuía em 28 favelas, além de 140 loteamentos clandestinos (RESCHILIAN, 2010; ROSA FILHO, 2002).

Na Figura 1 se observa a distribuição das favelas (destacados na cor vermelha), bem como as distâncias para com a área central (representada nos anéis, da coloração mais clara para a mais escura), e as regiões geográficas (destacadas na cor azul), dentro de um quadro cronológico.

Figura 1 – Distribuição das favelas na área central de São José dos Campos (1973-1997).



Fonte: IBGE, 2010. Rosa Filho (2002). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Florestan Fernandes (2006) conceituou como “contra-revolução autodefensiva” a forma como ocorreu a direção hegemônica das classes dominantes no Brasil, no qual a modernização tecnológica, o crescimento econômico e a acumulação de capital aconteceram, simultaneamente, com a continuidade dos sistemas produtivos anteriores, calçados em formas autocráticas de dominação da população mais pobre (FERNANDES, 2006, p. 255). No caso de São José dos Campos, se constata a inclusão precária como um mecanismo na engrenagem do sistema fordista de acumulação. O modelo de desenvolvimento hegemônico dos países centrais se expandiu para as regiões metropolitanas e municípios dos países periféricos, e se traduziu, fisicamente, na inclusão precária da população mais pobre em áreas periféricas, muitas vezes, sujeitas a riscos geológicos (RESCHILIAN, 2005).

Este breve histórico permitiu situar o processo de inclusão urbana precária da população mais pobre, ao mesmo tempo que a cidade se consolidava como polo tecnológico. A relação entre as diretrizes e orientações dos bancos multilaterais e das gestões dos partidos neoliberais delinearão o desenho urbano da cidade.

4.2. O PROGRAMA HABITAR BRASIL-BID (HBB) E A POLÍTICA DE DESFAVELAMENTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A partir de 1990, os programas do BID para a América Latina assumiram uma postura mais alinhada às políticas neoliberais, promovendo ajustes estruturais dos governos, equilibrados por políticas sociais paliativas aos efeitos negativos da política econômica (MAKINO, 2015). Não por acaso, aponta Santana (2006), o BID tornou-se a instituição líder da área social na América Latina e Caribe.

O Programa Habitar Brasil-BID (HBB) foi um programa habitacional do Governo Federal, originário do contrato de empréstimo nº 1126 OC/BR, celebrado em 1999, estimado em US\$ 417 milhões, com custo de 60% (US\$ 250 M) para o BID e 40% (US\$ 167M) para o Governo Federal (SANTANA, 2006). São José dos Campos aderiu ao HBB durante a primeira gestão de Emanuel Fernandes (1996 a 2004), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), através da Lei Municipal nº 5366 de 23 de abril de 1999, que autorizou a utilização de recursos do Programa para o projeto “Casa da Gente”, vinculado ao Programa Habitar São José. O Município entraria com a contrapartida de R\$ 1.350.000,00 enquanto a maior parte seria financiada com recursos do Banco, repassados pelo Governo Federal, totalizando R\$ 12 milhões (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1999).

Celebrado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o HBB criou uma estrutura para a política habitacional brasileira, gerenciada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (SANTANA, 2006). O Programa Habitar Brasil contribuiu de modo significativo para a reorganização da política habitacional brasileira, desmantelada com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1987 (AMORE, 2015).

A partir de 2003, o recém-criado Ministério das Cidades, durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), dirigiu o Programa Habitar até sua conclusão no ano de 2009. Devido à valorização da moeda (Real) e à disponibilidade de fundos adicionais orçamentários, o Governo Federal cancelou um saldo de US\$ 71 milhões, que seria desembolsado no ano de 2005, e em 2007, o governo cancelou outro saldo restante de US\$ 76,7 milhões, em função de fundos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reduzindo o montante total (US\$ 250 milhões) para US\$ 102.3 milhões (PCR, 2009). O Programa atingiu diretamente 57.329 famílias em 84 municípios brasileiros localizados em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (MICI, 2011).

Legalmente, a Lei Municipal N° 5366/1999, no art. 2º, descreveu que o município de São José dos Campos assumiu o compromisso de urbanizar as áreas elegíveis e regularizar os empreendimentos habitacionais existentes (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1999). No entanto, para Rosa Filho (2002) e Santos (2010), o programa de desfavelamento foi orientado pela remoção dos assentamentos precários e pelo deslocamento de populações para unidades habitacionais nas periferias. Este foi o caso da remoção dos assentamentos precários da zona leste da cidade, Vila Nova Tatetuba, Vila Nova Detroit e Caparaó, para um conjunto habitacional localizado no extremo leste da cidade, a uma distância de 16 km dos assentamentos originais (RESCHILIAN; SANTOS, 2014; SANTOS, 2010).

A justificativa técnica do poder público para a transferência dos núcleos de favela foram evidências de vulnerabilidades sociais e ambientais (RESCHILIAN, 2010). O defensor público local, Souza (2015), argumenta que a análise de risco feita pelo município privilegiou os laudos da Defesa Civil e desconsiderou as informações disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que apontavam inconsistências na análise da Defesa Civil. Enquanto o órgão municipal desenhara um quadro caótico do local, o IPT não encontrou evidências suficientes que comprovassem a condenação do bairro.

Um dos participantes de pesquisa (PP1) revelou que a implantação do programa Habitar Brasil-BID (HBB) beneficiou a burocracia estatal, estruturando uma metodologia de trabalho para o Serviço Social na área da habitação, até então inexistente (PP1). Como ocorreu no nível

federal, o município criou estruturas administrativas para a implantação do programa, composta por equipe multidisciplinar, denominada Unidade Executora Municipal (UAM) (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1999).

Os técnicos, seguindo a metodologia do Programa, realizaram avaliações de pré-ocupação e pós-ocupação, criaram um escritório de atendimento às famílias, fizeram reuniões com as comunidades e promoveram a criação de comissões de bairro (PP1). Dentre as ações, constavam a urbanização e regularização fundiária, recuperação ambiental, participação social, capacitação das lideranças e, por fim, a necessidade de assinatura do Termo de Adesão ao programa por 80% das famílias. No entanto, Reschilian (2010), em pesquisa empírica, constatou que o poder público priorizou estratégias de fiscalização da dinâmica interna das favelas e obteve a assinatura dos contratos por coerção, promessas de trabalho e indução à delação dos moradores resistentes.

Essas análises podem auxiliar na compreensão da resistência ao HBB pela comunidade da Vila Nova Tatetuba, movimento apoiado pela Central de Movimentos Populares (CMP) e pela Marcha Internacional das Mulheres, apoiado juridicamente pela Defensoria Pública Estadual (SOUZA, 2015). Ocupação originária das famílias de trabalhadores de uma antiga olaria da década de 1950, a Vila Nova Tatetuba recebeu grupos migrantes atraídos pelas ofertas de trabalho nas multinacionais na década de 1970, tornando-se um núcleo consolidado até o início da política de desfavelamento. No final de 2003 e início de 2004, a Prefeitura Municipal iniciou a remoção da Vila Nova Tatetuba, amparada por forte aparato policial e determinações judiciais (SANTOS, 2010). Com o cumprimento da ação demolitória na Vila Nova Tatetuba, 45 famílias receberam abrigo de uma ONG de São José dos Campos. Uma parte do grupo resistente aceitou moradia no extremo leste da cidade, oferecidas pelo HBB, enquanto um grupo de 28 famílias rejeitou a proposta e ocupou uma área da União, na região central, cedida à MRS Logística S.A, que opera a antiga malha ferroviária do Sudeste (RESCHILIAN; SANTOS, 2014; SOUZA, 2015).

Na prática, segundo PP1, o HBB, em São José dos Campos, tornou-se um programa de remoção de favelas, embora, teoricamente, houvesse a possibilidade da urbanização de bairros. Não deixa de ser curioso o fato de a escolha municipal ter rejeitado a urbanização de bairros, optando pela erradicação de favelas. No caso de São José dos Campos, o papel dos assistentes sociais no processo de diálogo com as comunidades assistidas pelo Programa pode ser percebido como uma ação voltada para direção da hegemonia. Para Gramsci (1982), o aparato da hegemonia (sociedade civil) constitui, junto ao aparato de coerção ou de domínio (sociedade política), as duas dimensões estruturais do Estado. Em linhas gerais, a sociedade civil compreende o conjunto de instituições sociais que correspondem à função hegemônica do grupo dirigente; enquanto, a sociedade política, indica o conjunto de aparelhos coercitivos por meio dos quais o grupo dirigente exerce a violência.

No caso dos moradores da Vila Nova Tatetuba, o HBB articulou o aparato coercitivo e o aparato de hegemonia, com predomínio dos meios de coerção social no que se refere à tomada de decisões por parte dos poderes executivo e judiciário. Esta reflexão corrobora com a tese de Santana (2006), que identificou elementos coercitivos e consensuais nos financiamentos do BID, cujo exercício da coerção ocorre pela imposição de regras e condicionalidades aos governos latino-americanos, ao mesmo tempo, construindo e articulando consensos por meio de reuniões e audiências públicas.

Em São José dos Campos, a forma como as diretrizes do HBB foram operadas revela uma integração dos interesses do governo municipal, que é bem sucedido na imposição de sua visão de organização da cidade, aos interesses do Banco, que instituiu seus propósitos tanto essenciais, de modernização administrativa, como aparentes, de alívio da pobreza. A concessão do BID ao aparato coercitivo da administração municipal pode ser compreendida nesse processo de conquista da hegemonia, numa associação dos interesses dos dirigentes locais (erradicação de favelas) aos globais (desenvolvimento institucional do município). A convergência de interesses globais e locais, nos partidos neoliberais, resulta numa negociação entre as duas partes sem conflito, o que facilita a imposição de uma lógica de ação e de discurso.

4.3 PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (PEUSJC), ENTRE A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A ERRADICAÇÃO DE FAVELAS

Mesmo durante a vigência do nacional-desenvolvimentismo, aponta Makino (2015), os empréstimos do BID influenciaram a capacidade estatal dos países latino-americanos, processo intensificado com o neoliberalismo (MAKINO, 2015). Segundo Santana (2012), entre 1960 a 2011, o BID aprovou 16.297 projetos para a América Latina e Caribe, tendo os projetos macroeconômicos concentrado 49,63% dos recursos. Para a autora, embora o objetivo central do Banco seja a diminuição da pobreza e o crescimento sustentável, os projetos macroeconômicos tem sido priorizados, o que agrava as questões sociais, pois implicam em políticas sociais mínimas. Segundo Pedro Arantes (2004), as políticas de combate à pobreza funcionam mais como compensações às consequências negativas da atuação dos bancos, na verdade, focalizadas no discurso da cidade empresarial e competitiva.

Neste quadro, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, no ano de 2006, enviou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), junto ao Ministério do Planejamento, uma carta-consulta, onde solicitava autorização para contratar, via BID, Operação de crédito externo, com garantia da União, para financiar parcialmente o Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (PEUSJC). Ainda incipiente, o documento expressava as intenções do governo municipal na ampliação do sistema viário, com a construção de 13 obras viárias (PP2).

O PEUSJC foi aprovado pela Lei Complementar nº 306/06, de 17 de novembro de 2006 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). O PEUSJC tinha por objetivo ordenar o desenvolvimento físico-territorial da cidade, direcionado a um conjunto de projetos relativos à estruturação viária, meio ambiente, saneamento, transporte, macrodrenagem e áreas verdes (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006a). No caderno técnico do plano, o PEUSJC orientava a integração regional do território, por meio de um conjunto de obras viárias, visando interligar e expandir a urbanização nas regiões da cidade, cujo eixo prioritário era a conclusão do anel viário central, através da construção de uma via na Área de Proteção Ambiental do Banhado (APA) (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006b).

Contudo, o empréstimo precisou do aval do Senado Federal. Neste ínterim, segundo um dos participantes da pesquisa (PP2), coordenador da Unidade de Gestão de Projeto (UGP), o BID expôs à administração municipal alguns condicionantes, como a adequação do Programa ao Plano Diretor. Segundo PP2, “isso foi uma exigência do BID, como o plano diretor havia

sido objeto de várias audiências públicas, tudo que você estiver fazendo está de alguma forma chancelado pela população”.

Quanto às condições para aquisição do financiamento, é questionável o argumento de que a adequação do Programa ao Plano Diretor legitime a participação social no projeto. Ressalte-se que, nesta pesquisa, não foram encontrados documentos que comprovassem a realização de audiências públicas sobre o PEUSJC, fato que contradiz o discurso da participação social veiculado pelo Banco, enfatizando que, segundo Santana (2006), a participação social, na visão do BID, constitui o elemento principal dos financiamentos. Neste período, segundo PP2, o BID propôs a ampliação do Programa, anteriormente restrito ao sistema viário, de modo que a nova proposta contemplasse a mitigação dos impactos das obras viárias. Nos documentos do BID o Programa foi estruturado em três componentes, nos quais agrupamos no Quadro 1.

Quadro 1 – Componentes do Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos.

Componente 1: Melhorias Urbanas e Ambientais	Componente 2: Mobilidade Urbana	Componente 3: Fortalecimento Institucional
Implantação de parques lineares	Construção de estações de transferência de ônibus	Modernização da base de dados de IPTU
Remanejamento de 631 famílias que ocupavam áreas de risco	Construção de corredores viários	Modernização dos sistemas de informática
Regularização urbanística de 1.951 famílias que viviam em loteamentos irregulares	Modernização do sistema de semáforos	Geoprocessamento e base de dados
Implantação de projetos de macrodrenagem e gestão dos resíduos sólidos	Estudos de viabilidade para implantação do transporte rápido de massa (TRM)	Descentralização administrativa

Fonte: BANCO (2007; 2008a; 2008b; 2008c). Elaborado pelos autores.

Por meio da análise de documentos do BID este trabalho investigou detalhadamente seus componentes. Inicia-se com os subcomponentes do Componente 1: Melhorias Urbano-Ambientais (BANCO..., 2008a; BANCO..., 2008c).

Subcomponente 1: Parques – foram definidos para incrementar a qualidade e quantidade de áreas de preservação, uma vez consideradas prioritárias nos setores socioeconômicos onde há carência de áreas verdes. Como de praxe, este subcomponente visava executar as diretrizes do Plano Diretor de 2006 (BANCO..., 2008c).

Subcomponente 2: Gestão de Resíduos Sólidos da Construção Civil – foi definido para incrementar ações de saneamento ambiental, com a criação de um sistema de coleta de resíduos da construção civil, denominados: PEV – Postos de Entrega Voluntária, distribuídos pela cidade (IDEM, IBID).

Subcomponente 3: Regularização de Loteamentos – tratava-se de um programa de regularização urbanística dos loteamentos clandestinos, visando a desocupação de famílias situadas em áreas de proteção ambiental.

Subcomponente 4: Reassentamento das famílias do Banhado – justificava a remoção das famílias devido a sua situação em área de proteção ambiental, bem como pela sua condição

como última remanescente dos núcleos de favela da cidade. Ademais, a intervenção na favela do Banhado viria beneficiar o caráter paisagístico do Banhado, que representa “a praia dos joseenses, um local de descanso do olhar, que descortina no horizonte a bela silhueta da Serra da Mantiqueira, iluminada pelo pôr-do-sol que varia a cada dia” (BANCO..., 2008a, p. 10).

Apesar da contemporaneidade do PEU, o BID e a municipalidade reproduziram antigas projeções marítimas e bucólicas do Banhado, reproduzidas eventualmente por memorialistas (ZALUAR, 1862; BONDESAN, 1996). A cidade concebida no Planejamento Empresarial ainda se sustenta em representações do passado, que concebem a representação da cidade do interior que tem uma praia. A partir da abordagem de Gramsci (1991) do conceito de hegemonia, percebe-se que esta combinação ideológica de elementos é funcionalmente adaptável à direção e domínio do grupo dirigente. O conjunto de ideologias capazes de garantir o consenso dos dominados são agrupados em único bloco social. Neste caso, evoca-se as costumeiras representações marítimas e bucólicas do Banhado – a cidade do interior que tem uma praia, combinada as representações do planejamento estratégico da cidade competitiva e cidade sustentável.

No subcomponente 1. Parques (Quadro 2) observa-se as estratégias arrojadas do BID na mitigação dos impactos ambientais das obras viárias.

Quadro 2 – Subcomponente 1 (Componente 1: Melhorias Urbano-Ambientais). Parques.

Parques	Proposta	Equipamentos projetados	Loteamento no entorno
Ribeirão vermelho (oeste)	Recuperação da APP, criar bosques, desassoreamento do ribeirão, revegetação e diversif. espécie.	Sistema viário, ciclovia, trilhas/exercícios, recreação, lago, mobiliário, pontos de encontro lazer ativo e contemplativo	Colinas do Parathey, AlphaVille, Res. Jaguar, Res. Mantiqueira, Res. MontSerrat
Alambari (leste)	Criar bosques, recuperação da APP, revegetação e diversif. espécies	Ciclovia, trilhas/exercícios, recreação, lago, mobiliário, pontos de encontro lazer ativo e contemplativo	Não há.
Boa vista (norte)	Recuperação da fauna, flora, reflorestamento da APP, interligação dos bosques existentes	Mirante, teleférico, circuitos, arborismo, <i>mountain-bike</i> , trilhas, lago, exercícios, pontos de encontro, mobiliário, descanso, lazer contemplativo	Altos de São José
Itapuã (leste)	Criar bosques, recuperação da APP, revegetação e diversif. Espécies.	Ciclovia, trilhas, exercícios, recreação, mobiliário, quadra poliesportiva, pista de skate, quadra de bocha, quadra e malha, arena, equipamentos culturais	Aquários misto
Senhorinha – Fase II (sul)	Manejo florestal, recuperação de remanescente da APP	Trilhas, exercícios, recreação, mobiliário, pontos de encontro, lazer contemplativo	Não há.
Cambuí (sudeste/leste)	Criar bosques, recuperação de APP, revegetação e diversif. espécies	Ciclovia, trilhas, exercícios, recreação, mobiliário, pontos de encontro, lazer contemplativo	Santa Luzia, Santa Rosa, Sítio Bom Jesus, Santa Júlia, Alto São José, Santa Júlia 2, Davoli

Fonte: Banco (2008a). Elaborado pelos autores com base na documentação disponibilizada pelo BID.

A partir da análise dos documentos do PEU se observa as formas de atuação do BID na resolução de conflitos socioambientais. Inegavelmente, a melhoria da qualidade de vida com a inserção de medidas mitigadoras dos impactos ambientais ocorre mediante a imposição do modelo de cidade sustentável. Segundo Compans (2001) e Acselrad (2001), o modelo de cidade sustentável surgiu no interior das agências multilaterais, traduzido como a extensão para a esfera local da operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, é curioso notar a relação intrínseca de subordinação do modelo às regras de maximização do capital, uma vez propagado pelos mesmos organismos internacionais que disseminam o discurso ambiental.

O Quadro 2 chama a atenção para o fato de que o subcomponente 1 do Programa havia direcionado ações, em sua maioria, para a recuperação de APP. As ações de recuperação ambiental incluíam como recurso adicional a inserção de atividades recreativas, esportivas e de lazer. No quadro identificou-se os loteamentos de entorno, com presença numerosa de loteamentos e condomínios fechados, principalmente nas regiões oeste e sudeste. Na região oeste, tradicionalmente ocupada como setor de expansão da classe de alta renda, se propôs a criação do Parque Ribeirão Vermelho. Na região leste-sudeste, o Parque do Cambuí estaria situado no perímetro proposto para construção duma nova via expressa, projetada para margear do Córrego Cambuí (BANCO..., 2008a).

No Subcomponente 3: Regularização de Loteamentos (Quadro 3) observa-se as formas de mitigação dos impactos sociais e ambientais se aplicaram no quesito regularização fundiária (BANCO..., 2008a).

Quadro 3 – Subcomponente 3: Regularização de Loteamentos

Regularização de Loteamentos	Famílias beneficiadas	Infraestrutura existente	Regularização fundiária com pavimentação	Comércio existente
Jardim Michigan II, III, IV (Leste)	176 famílias	Iluminação pública e domiciliar, rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto, transporte coletivo, coleta de lixo	Ruas existentes consolidadas, pavimentação a executar, dispensa de áreas de equipamentos	Existe bar, minimercado, bazares, cabeleireiros
Jardim dos Coqueiros (Leste)	345 famílias (39 casas em APP), com remanejamentos internos ao loteamento	Iluminação pública e domiciliar, rede de abastecimento de água, transporte coletivo, coleta de lixo	Remoção de famílias em APP e inclusão no programa habitacional. Implantação de novas ligações viárias, sistema de drenagem, ampliação do sistema de coleta de esgoto, minimizar demolições, área de lazer	Existe bar, minimercado, bazares, cabeleireiros, atendimento de saúde e educação no entorno
Jardim Chácara Araújo (Leste)	624 famílias	Iluminação pública e domiciliar, rede de abastecimento de água, transporte	Ruas existentes consolidadas, pavimentação a executar, dispensa de	Existe bar, minimercado, bazares, cabeleireiros, atendimento de

		coletivo, coleta de lixo	áreas de equipamentos	saúde e educação no entorno
Jardim do Caetê (Norte)	Altos do Caetê	177 famílias	Ruas existentes consolidadas, pavimentação a executar, dispensa de áreas de equipamentos	Existe bar, minimercado, bazares, cabeleireiros, atendimento de saúde e educação no entorno
Rio Comprido (oeste)		548 famílias. Os remanejamentos serão internos ao loteamento	Possível remoção de 38 famílias em APP e inclusão no programa habitacional, recuperação da APP degradada	Existe bar, minimercado, bazares, cabeleireiros, atendimento de saúde e educação no entorno

Fonte: BANCO (2008a). Elaborado pelos autores com base na documentação disponível no site do BID.

Nos loteamentos irregulares classificados no PEUSJC, percebe-se o grau relativo de consolidação dos bairros situados nas regiões de entorno, com presença de equipamentos sociais e infraestrutura, com variação de bairro para bairro. Em alguns, como o Jardim Coqueiros, o Programa previa a ampliação da rede de coleta de esgoto. Noutros, como Rio Comprido e Altos do Caetê, sequer foi listada a presença de infraestrutura. Nos bairros situados em área de APP como Jardim Coqueiros e Rio Comprido, planejou-se a remoção de famílias no interior dos bairros, em áreas afastadas do perímetro da APP, bem como sua inscrição no programa habitacional. De modo geral, o Programa priorizava a remoção de famílias situadas em áreas protegidas.

No caso do Rio Comprido, onde o Programa registrou grande número de remanejamentos, havia a previsão de construir-se uma nova via expressa nas imediações do bairro (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2012), embora tal fato não houvesse sido considerado no Programa como justificava para a remoção. Como aponta Compans (2001) a noção de sustentabilidade dos organismos internacionais é vista como condição de competitividade. A exigência de competitividade incluiria não somente a formação duma força de trabalho, mas também a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida urbana, envolvendo a satisfação das necessidades de moradia, saúde, saneamento, segurança etc., em suma, essenciais para o aumento da produtividade dos trabalhadores.

Por sua vez, havia o conjunto de ações propostas no Componente 2. Mobilidade Urbana, divididos em subcomponentes (BANCO..., 2008a). No subcomponente 1. AVENIDAS. 1a) Avenida Tancredo Neves (3ª Fase) – Previa a complementação de importante eixo viário da região leste, em estruturação urbana, interligando bairros de classe média e média baixa, facilitando o acesso ao centro da cidade. As obras estavam licenciadas e em andamento, em 2008.

1b) Via Norte (Fase I e II) – proposta de um eixo de ligação norte-sul da cidade, junto à APA do Banhado, com o objetivo de complementar o anel viário da cidade. No conjunto da obra, a Via Banhado e o Sistema Colinas-Limoeiro deveriam formar um sistema único, que funcionaria como escape dos fluxos da área central em relação ao sul e a Rodovia Dutra. As obras estavam licenciadas e em andamento, em 2008.

1c) Viaduto Santa Inês - Situa-se entre as novas transposições propostas sobre a Rodovia Presidente Dutra, na zona Leste, que atualmente utiliza uma única transposição (Viaduto Petrobrás) para toda a demanda e viagens para acessar a região central do Município.

1d) Via Banhado – por sua localização na divisa com a área central, e situada na área da APA do Banhado, esta via estaria complementemente integrada a todos os demais sistemas viários – Colinas-Limoeiro e Via Dutra – além de completar o último trecho do anel viário. Planejada para funcionar como via expressa, a construção da via implica necessariamente na remoção das famílias do Jardim Nova Esperança.

1d) Sistema Cambuí – via planejada para ser um eixo de ligação entre as regiões leste, sudeste e central, com viaduto de transposição à Via Dutra, com o objetivo de expandir a área urbanizada na região sudeste-leste. Trata-se duma via expressa, cujo projeto está associado à implantação de um Parque junto ao Córrego do Cambuí.

De modo geral, as construções de corredores viários justificavam as remoções de bairros e favelas. Primeiro, a Via Norte, construída junto à APA do Banhado impactou na desapropriação de famílias de três bairros: Vila Leila, Vila Abel e Vila Luchetti; segundo, a Via Cambuí; previa a desocupação de famílias junto ao afluente. Por fim; a Via Banhado; previa o reassentamento involuntário das famílias do Banhado (Banco..., 2008b).

No Subcomponente 1: Avenidas (Tabela 4) observa-se com detalhes as duas principais obras viários do PEU - a Via Banhado e a Via Cambuí.

Quadro 4 – Subcomponente 1. Avenidas.

Obras viárias	Dimensões das vias projetadas	Compensação da área impermeável	Função	Desocupação da área protegida	Via segregada do coletivo
Via Banhado (Centro/Oeste)	4 km ²	Recuperação de áreas degradadas e ocupadas /entorno; Recomposição da vegetação planície do Banhado	Cinturão de proteção do Banhado; Finalização do anel central e desvio tráfego por Marginal ao Centro	Desocupação da Favela do Banhado como pré-condição para implantação do Parque do Banhado	sim
Sistema Cambuí (Centro/Sudeste)	9 km ²	Recomposição cobertura vegetal APP Recuperação de áreas degradadas e ocupadas	Ligação Sudeste – Centro com nova transposição à Dutra	Desocupação pontos de invasão - APP do Ribeirão Cambuí e Putim	sim

Fonte: BANCO (2008a). Elaborado pelos autores com base na documentação disponível no site do BID.

Na verdade, tanto a Via Cambuí como a Via Banhado, são vias segregadas ao transporte coletivo, portanto, exclusivas para o uso do automóvel. Se relacionarmos o Quadro 4: Avenidas, com o Quadro 2: Parques, se constata que as regiões atendidas pela Via Cambuí e pela Via Banhado, ou seja, oeste e sudeste-leste, se restringia a receber os fluxos de veículos dos moradores dos condomínios fechados – na região oeste, tradicionalmente ocupada pela classe de alta renda - e na região sudeste-leste, atendendo os loteamentos e condomínios situados no

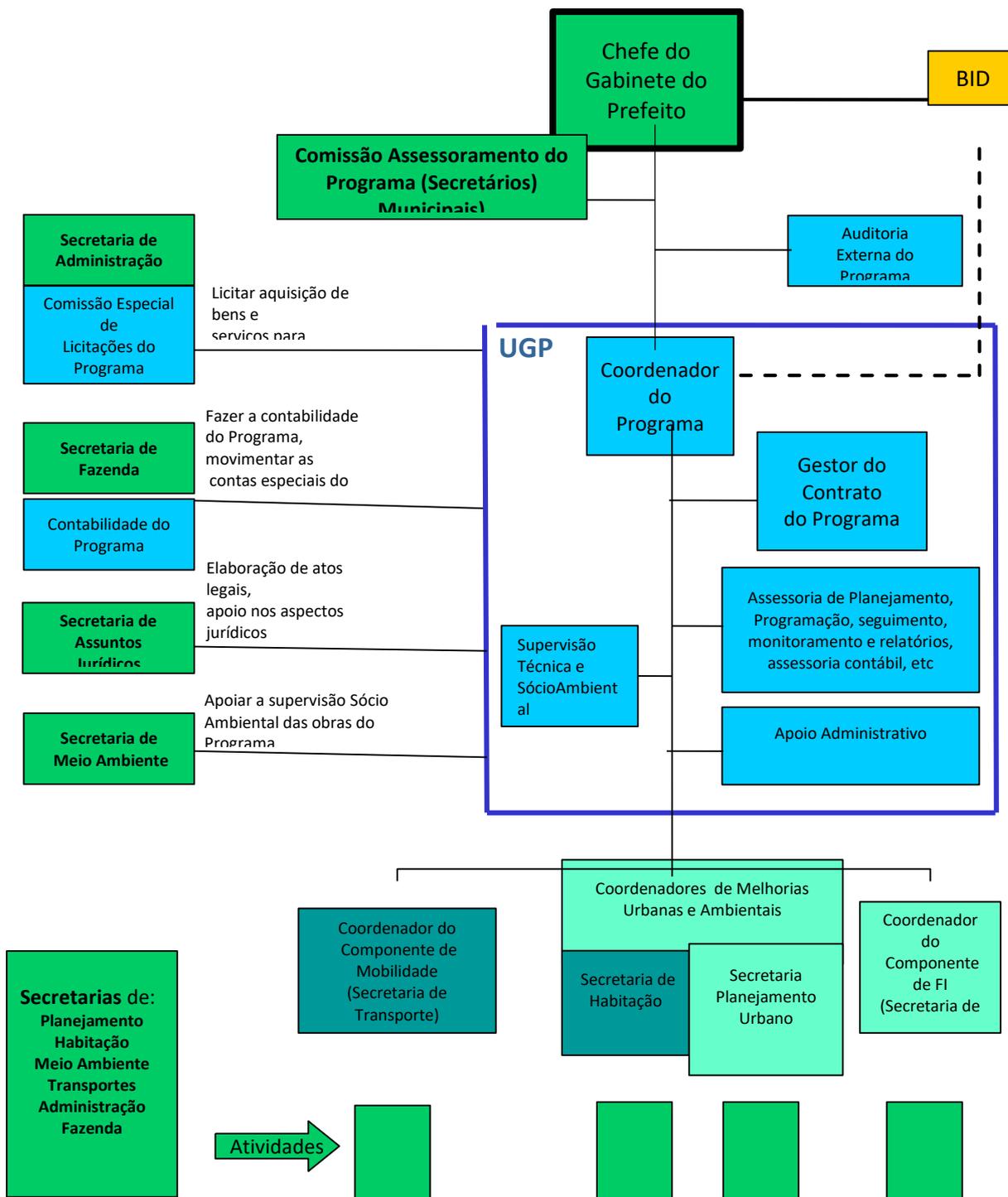
entorno da Via Cambuí e do Parque Cambuí. De modo geral, as vias e os parques contribuem para maximizar o valor das terras urbanas em suas áreas de influência.

Ainda no Componente 2; Mobilidade Urbana: o BID organizou junto à municipalidade o desenvolvimento dos sistemas de trânsito e segurança pública. No subcomponente 2. Gestão do Trânsito - tratou da criação duma Central de Operações de Tráfego (CCO), equipada com computadores e uma central de controle de tráfego para a área central.

Havia o subcomponente 3. Transporte urbano – Tratava da criação das Estações de Conexão (ECOs), baseada em pontos de ônibus ampliados e situados nos principais corredores de tráfego.

Por fim, o Componente 3. Fortalecimento Institucional - é o componente responsável pela modernização da prefeitura (PP4). O Fortalecimento Institucional também incluiu a criação da Unidade de Gestão do Programa (UGP), vinculada ao Gabinete do Prefeito, com a responsabilidade de operacionalizar o Programa. A UGP foi criada a partir do princípio da descentralização administrativa, cuja estrutura refletia-se numa equipe técnica multidisciplinar e altamente pulverizada, dentro da administração pública e fora dela (BANCO..., 2008c). A seguir está apresentada a estrutura montada para a execução no Programa (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Estrutura para a execução do PEUSJC.



Fonte: Banco (2008c). Elaborado pelos autores com base na documentação do BID.

O financiamento de um Programa dessa dimensão, destinada a uma cidade do interior paulista, havia sido justificada nos documentos que destacaram suas características positivas, como: “*la existencia de un moderno parque industrial en la zona urbana, lo que genera 53%*”

de su recaudación” (BANCO..., 2007, p. 1), a presença de universidades, institutos de pesquisa, escolas e shopping centers, a localização geográfica privilegiada – um entroncamento viário entre o Rio de Janeiro, São Paulo e o Litoral – somado à área militar, cujos fatores inseriam o município como sede de uma nova região metropolitana (BANCO..., 2008b). Dessa forma, o investimento total da operação parece estar assentado numa conjunção de fatores econômicos, políticos e sociais que influenciaram a obtenção da linha de crédito para São José dos Campos. No Perfil do Projeto, (PP) foram destacados alguns impactos positivos previstos no Programa: “(i) aumento de la recaudación municipal, en particular, del IPTU; (ii) disminución de los tiempos de viaje de vehículos individuales y colectivos; (iii) valorización de la tierra urbana municipal” (BANCO..., 2007, p. 3, 4), que deveriam solucionar “*dificuldades de locomoción de la población y del sector empresarial, causado principalmente por deficiencias en las red vial y de transporte*” (BANCO..., 2007, p. 2).

Os impactos positivos do PEUSJC destacados na documentação empírica confirmam a tese de Santana (2006), acerca da intencionalidade dos projetos do Banco Mundial e do BID para a América Latina e Caribe em indicar a direção econômica, política e social a ser seguida pelos Estados subdesenvolvidos. Uma década depois da assinatura do Habitar Brasil-BID (HBB), a concepção de desfavelização permanece enfatizada em documentos. As ocupações de famílias de baixa renda em áreas ambientalmente frágeis integraram dois subprogramas, cujo caráter era de remoção: 1) Projeto de Desocupação da Orla do Paraíba; 2) Remoção da Favela do Banhado. No primeiro; a desocupação de 350 famílias que viviam na Orla do Paraíba, justificada pelas condições sanitárias da ocupação, contribuindo para degradar os corpos d’água com o lançamento de esgotos doméstico. No segundo; “a Favela do Banhado, a última remanescente, está em área de APA, e sua remoção além de permitir a implantação do Parque do Banhado, contribuíra para melhoria da qualidade de vida de toda a cidade” (BANCO..., 2007, p. 3). Na verdade, a Favela do Banhado, chamada Jardim Nova Esperança, se localiza na Área de Proteção Ambiental do Banhado, contígua ao centro da cidade cuja beleza paisagística lhe confere o título de cartão postal. Inicialmente, o Banhado era uma ocupação de chacareiros, instalados na área na década de 1930. Com a chegada das multinacionais e o acelerado processo de urbanização da cidade, o contingente populacional do bairro aumentou gradualmente, entre 1960 a 1980, totalizando, em 2015, 460 famílias (ALBERINI, 2015).

Ainda assim, o Perfil do Projeto enalteceu o histórico da política de desfavelização do município, que foi bem-sucedida na remoção de 15 assentamentos precários, no qual o BID teve uma participação (Banco Interamericano de Desarrollo, 2007). No Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS), de 2008, Banco e gestão municipal reafirmam o compromisso do Programa com a erradicação de favelas: “São José dos Campos já erradicou quase todas as favelas [...]. Com o remanejamento da favela do Banhado em 2008, e das famílias restantes, as favelas estarão 100% **tratadas**” (BANCO..., 2008b, p. 9, grifo dos autores).

Não é por acaso que as justificativas para a remoção de favelas era reforçada nos documentos por projetos viários e ambientais, como foi o caso das famílias do Jardim Nova Esperança. De acordo com o RGAS, “a desocupação dessa área é um pré-requisito à sua desapropriação, através do acordo já firmado com a Petrobras, que disponibilizará recursos para a implantação de um grande parque”; além disso, a Via Banhado, projetada na divisa da região central com a planície do Banhado, “prevê a relocação da favela Nova Esperança” (BANCO..., 2008b, p. 9, 11).

Ainda em 2008, a Secretaria de Habitação foi incumbida de realizar o reassentamento das 399 famílias do Banhado cadastradas no Plano Integral de Ação Social (PIAS). O PIAS respondia às exigências do BID para contratação do financiamento. Foram propostas às famílias do Banhado duas opções de reassentamento: unidade habitacional e indenização. As indenizações de R\$ 38 mil para aquisição de outro imóvel regularizado tiveram baixa adesão, 0,9% das famílias cadastradas (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008), dado este que não significa somente uma baixa adesão, mas, que o valor das indenizações não era suficiente para adquirir um imóvel regularizado.

Com relação à opção da unidade habitacional, as famílias expressaram preferência pelo reassentamento na região central (68,5%). Porém, como na ocasião não havia áreas disponíveis na região central, a prefeitura validou a segunda opção; na região Norte (20,6%), a 6 km de distância do assentamento original (São José dos Campos, 2008). Os dados demonstram não apenas a preferência pela região Central, mas, que o reassentamento em locais distantes do bairro de origem podia ocasionar o rompimento das relações econômicas, sociais e afetivas.

Embora a construção da via implicasse na remoção de famílias, revela um dos participantes da pesquisa, consultor particular contatado pelo BID, que “o Programa de Estruturação Urbana, independentemente da via, previa a remoção daquelas famílias, porque fazia parte do processo, do projeto de desfavelização do Município” (PP3). Não deixa de ser curioso o fato de que, entre o BID e a administração municipal, há uma convergência de interesses, isto é, reforça a hipótese que ambos constituem campos de negociação, nos quais os agentes dotados de diferentes capitais se defrontam para conservar as relações de força vigentes (BOURDIEU, 2001). Todavia, Florestan Fernandes (2006) havia apontado a característica peculiar do desenvolvimento econômico no Brasil embasada numa relação de convergência, entre os interesses nacionais e internacionais.

Embora o Programa estivesse sendo executado pela prefeitura desde 2008, o contrato de empréstimo, nº 2323 OC/BR, só foi celebrado no dia 18 de agosto de 2011. De acordo com a primeira parte do contrato, cláusula 3.03, as obras e desapropriações do Programa, executadas entre 2008 a 2011, seriam reembolsadas pelo Banco, desde que o valor não ultrapassasse a quantia US\$ 6 milhões. O valor global da Operação era de US\$ 178.026.200,00, composto de uma Contrapartida do município de US\$ 92.353.800,00 (51,9%) e o financiamento do BID de US\$ 85.672.400,00 (48,1%) (BANCO, 2011a).

Segundo Pedro Arantes (2004), quando a contrapartida do município é igual ou próxima do financiamento do banco, os gestores municipais têm a possibilidade de dobrar os recursos do Programa. No caso do PEUSJC, o governo municipal parece ter feito uso deste mecanismo. Porém, como aponta um dos participantes da Pesquisa, a contrapartida maior que o financiamento aparenta irracionalidade, porém, garantiu-se pelo artifício de inclusão no Programa de obras de gestões passadas, como a construção da Avenida Fundo do Vale, iniciada na década de 1970 (PP4).

Por conseguinte, Pedro Arantes (2006) aponta a questão do endividamento. Os empréstimos, obrigatoriamente, são realizados em dólar e a oscilação cambial nem sempre acompanha a variação interna de preços, consequentemente, os juros podem aumentar em períodos de desvalorização da moeda nacional. Na segunda parte do contrato, cláusula 3.04, consta os efeitos da taxa de juros: “a Taxa de Juros poderão estar sujeitas a consideráveis flutuações durante a vigência do Contrato de Empréstimo, razão pela qual a alternativa de Taxa

de Juros pode acarretar riscos financeiros significativos para o Mutuário e o Fiador” (BANCO..., 2011b, p. 10). Entretanto, os participantes da pesquisa PP2 e PP4, ambos coordenadores da União de Gestão de Projeto (UGP) em gestões diferentes, defenderam as vantagens da operação, altamente atrativa para os municípios, embora, reconheçam sua variabilidade: “você fica atrelado ao dólar e você tem uma taxa de aproximadamente 3% ao ano, isso você não acha em lugar nenhum” (PP2) - “é o melhor juros que existe” (PP4). No Quadro 5 pode-se comparar a distribuição dos recursos, entre os componentes dos programas HBB e PEUSJC.

Quadro 5 – Comparação entre os Programas HBB e PEUSJC

PROGRAMAS			
HBB		PEUSJC	
Mutuário/Órgão Executor	BR/PMSJC	Mutuário/Órgão Executor	PMSJC
Mutuante/Financiador	BID	Mutuante/Financiador	BID
Início das negociações	1999	Início das negociações	2006
Início da implementação	1999	Início da implementação	2008
Prazo final dos desembolsos	2005	Prazo final dos desembolsos	2031
Financiamento	US\$ 250.000.000 (60,0%)	Financiamento	US\$ 85.672.400 (48,1%)
Contrapartida	US\$ 167.000.000 (40,0%)	Contrapartida	US\$ 92.353.800 (51,9%)
Subprogramas operacionalizados pela Caixa Econômica Federal		Componentes do PEUSJC	
Urbanização de assentamentos subnormais	US\$ 332.000.000 (79,6%)	Administração do programa	US\$ 3.912.000 (2,2%)
Desenvolvimento Institucional	US\$ 58.000.000 (13,9%)	Melhorias urbano-ambientais	US\$ 41.494.100 (23,3%)
Administração do programa	US\$ 27.000.000 (6,5%)	Mobilidade urbana	US\$ 114.002.638 (64,0%)
		Fortalecimento institucional	US\$ 16.837.200 (9,5%)
		Imprevistos	US\$ 1.780.262 (1,0%)
Valor total utilizado	US\$ 102.200.000		
Valor total do financiamento	US\$ 417.000.000	Valor total do financiamento	US\$ 178.026.200

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações de Santana (2006) e na documentação do BID.

É possível, pelos dados apresentados no Quadro 5, observar a mudança de prioridades dos programas HBB e PEUSJC. Enquanto no HBB, os recursos estavam distribuídos entre os subprogramas: Urbanização de Assentamentos Subnormais (79,6%) e Desenvolvimento Institucional dos Municípios (13,9%) (SANTANA, 2006), no PEUSJC, estavam subdivididos entre os componentes: Mobilidade Urbana (64,0%), Melhorias Urbanas e Ambientais (23,3%), Fortalecimento Institucional (9,5%), administração do programa (2,2%) e prováveis imprevistos (1,0%) (Banco Interamericano de Desarrollo, 2011b).

De fato, os organismos internacionais contribuem para repassar aos governos dos países latino-americanos e caribenhos as orientações econômicas e políticas mundiais, formuladas pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (SANTANA, 2012). Na aparência, os projetos de desenvolvimento do BID promovem

melhorias ambientais e sociais aos países mutuários, mas; na essência, escondem a necessidade dos investimentos pesados em infraestrutura urbana e modernização administrativa (SANTANA, 2006).

Em suma, nos programas HBB e PEU, os campos de força assumiram um maior papel de negociação do que disputa, obviamente, considerando as posições dos agentes no campo de força, bem como na adesão da produção simbólica dos agentes melhor posicionados no campo do poder (BOURDIEU, 2007). Ademais, as fontes documentais e orais apontam para uma predominância do aparato coercitivo sobre o aparelho hegemônico, na conduta da administração municipal. As tensões, propriamente ditas, ocorreram entre os campos em negociação (governo municipal e BID) e os campos dos movimentos sociais (CMP, Jardim Nova Esperança e Vila Nova Tatetuba).

De acordo com Vainer (2000), no discurso do planejamento estratégico a lógica empresarial foi assimilada pelas cidades, de modo que planejadores do século XXI começaram a conceber a cidade como uma empresa privada, ou seja, uma unidade de gestão de negócios. A analogia cidade-empresa adverte para o atual estágio redefinição dos significados de cidade, poder público e governo local, por sua vez, transformados em sujeito/ator econômico, cuja natureza empresarial permite a apropriação direta dos instrumentos do poder público por grupos empresariais privados.

Após vinte anos de atuação do BID em São José dos Campos o modelo de gestão neoliberal cidade se modernizou, dando continuidade à lógica de erradicação de favelas, herdadas com o planejamento modernista, porém, assentado sobre um modelo empresarial de cidade, concebida simplesmente como ambiente de negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do planejamento urbano empresarial, São José dos Campos se posicionou no campo de forças em colaboração e sinergia com as normas do BID, mas em constante negociação, processo que resultou na forma de um modelo neoliberal de cidade, que combinou estruturação urbana, modernização administrativa e expansão periférica da população mais pobre.

As elites de São José dos Campos reforçam a sua dominação político-econômica com a parceria de organismos financeiros internacionais, como o BID e o Banco Mundial, para impor formas autoritárias de dominação sobre a população mais pobre da cidade, em processo similar à dominação das burguesias nacionais, processo conceituado por Florestan Fernandes como contrarrevolução audefensiva.

Embora houvesse abertura para a urbanização de assentamentos precários com o financiamento multilateral, a forma como os programas do BID foram executados em São José dos Campos, mediante a convergência de interesses locais (erradicação de favelas) e globais (modernização administrativa e infraestrutura urbana), desvela uma ação de conquista da hegemonia, tanto pelo consenso como pela violência. Entretanto, esse processo de inserção

precária termina acentuando as diferenças e aumentando a exclusão territorial social, à qual essas populações estão submetidas.

As mudanças urbanas, importantes para adequar o município às demandas das novas realidades políticas, econômicas e sociais, foram realizadas sem, contudo, modificar o cerne da questão: a propriedade da terra. O modelo de desenvolvimento proposto compatibilizou a racionalidade dos grupos hegemônicos pela via da histórica modernização excludente, financiado pelo crédito internacional. A função social da propriedade foi mais uma vez postergada para dar vazão aos interesses de capitais privados, que, cada vez mais, se apropriam do direito à cidade.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Este artigo compõe uma parte dos resultados da tese de doutorado do primeiro autor, cuja pesquisa foi financiada pela CAPES, nas modalidades de bolsa taxa e integral. Agradecemos a CAPES pelo apoio a este trabalho.

Gostaríamos de agradecer imensamente ao Dr. Daniel José de Carvalho pela elaboração dos mapas, cuja espacialização das favelas foi imprescindível para este trabalho.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais**, n. 1, p. 79–90, maio 1999. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>

ACSELRAD, H. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S. (Org.); SHIMBO, L. Z. (Org.); RUFINO, M. B. C. (Org.). **Minha casa... e a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRADE, D. J. **A rodovia Presidente Dutra como elemento estruturador e a desarticulação da urbanização do Vale do Paraíba**. 2019. 269 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (Univap). São José dos Campos, 2019.

ALBERINI, M. **Parecer técnico socioeconômico: Comunidade Jd. Nova Esperança – Banhado**. São José dos Campos. São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Núcleo de Habitação e Urbanismo, 2015.

ARANTES, O. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **Cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, P. F. **O ajuste urbano**: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP. São Paulo, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Perfil de Proyecto (PP) Brasil**. Programa de Estructuración Urbana: São José dos Campos/BR-L1160, 2007. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1195893>. Acesso em 05 jun. 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS)**. 2008a. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1160>. Acesso em 05 maio 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório de avaliação ambiental**: versão preliminar fevereiro/08. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 2008b. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-175973580-12> Acesso: 22 ago. 2019.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Proposta de empréstimo preliminar**: Programa de Estruturação Urbana (BR-L1160). Execução: Unidade de Gestão do Programa (UGP), 2008c. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1160>. Acesso em 30 abr. 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Informe de Finalización de Proyecto – PCR**. Mejoramiento de Barrios – HABITAR. 2009. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt>. Acesso em: 30 maio 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Contrato de empréstimo nº 2323/OC BR entre o Município de São José dos Campos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Programa de Estruturação Urbana. Parte I. 2011a. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1160>. Acesso em: 15 maio 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Contrato de empréstimo nº 2323/OC BR entre o município de São José dos Campos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Estruturação Urbana**. Parte II. 2011b. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1160>. Acesso em: 12 maio 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Contrato de empréstimo nº 2323/OC BR entre o município de São José dos Campos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento/Programa de Estruturação Urbana**. Parte III. 2011c. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1160>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BONDESAN, A. **São José de ontem e de hoje**. São José dos Campos: JAC Gráfica e Editora, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, P. **Por uma sociologia da ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

CEPAL. Disponível em: cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal. Acesso em 03 jun. 2020.

COMPANS, R. Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade? In: ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COSTA, S. M. F.; MARIA, M. G. Crescimento urbano e novas formas de urbanização na cidade de São José dos Campos. In: COSTA, S. M. F.; MELLO, L. F. (org). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**, São José dos Campos: Univap, 2010. v. 5.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, M. T. M. A segregação mostrando sua força na produção do espaço intraurbano: o deslocamento da classe de alta renda na cidade de São José dos Campos, em COSTA, S. M. F.; MELLO, L. F. (org). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Univap, 2010. v. 5.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo demográfico para o ano de 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha digital dos municípios para o ano de 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

MAKINO, R. **Bancos multilaterais de desenvolvimento e capacidade estatal: o BID, o Brasil e a Argentina**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – CEPPAC/UnB. Brasília, 2015.

MECANISMO INDEPENDIENTE DE CONSULTA E INVESTIGACIÓN. **Memorandum de admissibilidade**. 2011. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38813889>>. Acesso em: 12 maio 2020.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULA, M. T. D.; PAPALI, M. A. A evolução do ensino superior de graduação presencial em São José dos Campos a partir da década de 1990. In: PAULA, M. T. D.; ROQUE, Z. S. S. (org). **Escola e educação em São José dos Campos: espaço e cultura escolar**. São José dos Campos: Univap, 2010. v. 6.

ROSA FILHO, A. **As políticas públicas do poder executivo municipal na remoção e/ou reurbanização das favelas do município de São José dos Campos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - PLUR/UNIVAP. São José dos Campos, 2002.

RESCHILIAN, P. R. Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional: G&DR**. v. 1, n. 1, p. 52-70, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/81/75> Acesso em: 7 set. 2019.

RESCHILIAN, P. R. Habitação social e ordenamento territorial: a dinâmica socioespecial do processo de inclusão precária em São José dos Campos (SP). In: COSTA, S. M. F.; MELLO, L. F. (org). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Univap, 2010. v. 5.

RESCHILIAN, P. R.; SANTOS, C. R. Representações socioespaciais de moradores da Favela Nova Tatetuba em São José dos Campos. In: GUIMARÃES, A. C. M.; ZANETTI, V. (org). **São José dos Campos: cotidiano, gênero e representação**. São José dos Campos, SP: Univap, 2014. v. 7.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei N° 5366/99 de 23 de abril de 1999**. Autoriza a implantação do “Programa Habitar Brasil/BID” no Município de São José dos Campos. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-5366-1999-Sao-jose-dos-campos-SP.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei Complementar n.º 306 de 17 de novembro de 2006**. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). 2006a. Disponível em: www.camara-municipal-de-sao-jose-dos-campos.jusbrasil.com.br. Acesso em: 12 jun. 2019.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI 2006**. Caderno Técnico. Secretaria de Planejamento Urbano. Prefeitura Municipal de São José dos Campos: São José dos Campos, SP, 2006b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Integral de Ação Social (PIAS)**. São José dos Campos, SP: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. 2008. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1386553>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Macroviário de São José dos Campos**. Secretaria de Transportes. Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC). Consulta pública, 2012. Disponível em: servicos.sjc.sp.gov.br/downloads/acro423.pdf. Acesso: 30 set. 2014.

SANTANA, J. V. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e a política urbano no Município de Belém: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social**. 2006. Tese de doutorado/Serviço Social. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2006.

SANTANA, J. V. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **R. Katál**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 21-31, jan./jun, 2012.

SANTOS, Cíntia Ribeiro dos. **Descortinando o espaço do “Nova Tatetuba” ou “Morro do Regaço” em São José dos Campos (1956-2004)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - FEA/UNIVAP, São José dos Campos, SP, 2010.

SOUZA, A. A. M.; COSTA, W. M. Atividades industriais no interior do Estado de São Paulo: uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial de São José dos Campos. In: COSTA, S. M. F.; MELLO, L. F. (org). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Univap, 2010. v. 5.

SOUZA, J. S. **O papel da Defensoria Pública no controle das políticas públicas relacionadas aos Direitos Fundamentais Sociais à Cidade e à Moradia Digna: o caso BID-HABITAR Brasil**, São José dos Campos, São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Lorena, SP, 2015.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: ARANTES, O. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora de B. L. Garnier, 1862.

ENTREVISTAS

PP1/Participante da Pesquisa 1 (2018). Servidora pública. Assistente Social. Entrevista concedida aos autores. São José dos Campos.

PP2/Participante da Pesquisa 2 (2018). Coordenador da Unidade de Gestão de Projeto (UGP). Entrevista concedida aos autores. São José dos Campos.

PP3/Participante da Pesquisa 3 (2018). Consultor particular contatado pelo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI). Entrevista concedida aos autores. São José dos Campos.

PP4/Participante da Pesquisa 4 (2018). Coordenador da União de Gestão de Projeto (UGP). Entrevista concedida aos autores. São José dos Campos.